UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO BÁSICA: GESTÃO E
PLANEJAMENTO

**TÚLIO MAIRON DOS SANTOS ALVES** 

FORMAÇÃO DE PROFESSORES SOBRE A TEMÁTICA INDÍGENA: POVOS ORIGINÁRIOS

#### **TÚLIO MAIRON DOS SANTOS ALVES**

## FORMAÇÃO DE PROFESSORES SOBRE A TEMÁTICA INDÍGENA: POVOS ORIGINÁRIOS

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Norte da Paraná como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Básica.

Área de Concentração: Educação Básica: Gestão e Planejamento.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Massami Martins Ruckstadter.

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada por Lidia Orlandini Feriato Andrade, CRB 9/1556, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UENP

Alves, Túlio Mairon dos Santos

A Lei Federal Nº 11.645/2008 em uma escola
municipal de Ourinhos-SP (2008 a 2021): contribuições
para a formação de professores sobre a temática
indígena / Túlio Mairon dos Santos Alves; orientador
Flávio Massami Martins Ruckstadter - Jacarezinho,
2023.

29 p. :il.

Produção Técnica Educacional (Mestrado Profissional em PPED) - Universidade Estadual do Norte do Paraná, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

1. Educação. 2. Lei Federal nº 11.645/2008 - Brasil. 3. História e cultura indígena. 4. Formação docente. I. Ruckstadter, Flávio Massami Martins, orient. II. Título. CDD: 370.26

#### **TÚLIO MAIRON DOS SANTOS ALVES**

## FORMAÇÃO DE PROFESSORES SOBRE A TEMÁTICA INDÍGENA: POVOS ORIGINÁRIOS

#### **BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Flávio Massami Martins Ruckstadter (Orientador) – UENP.

Prof. Dr. Éder da Silva Novak – UEM – Maringá.

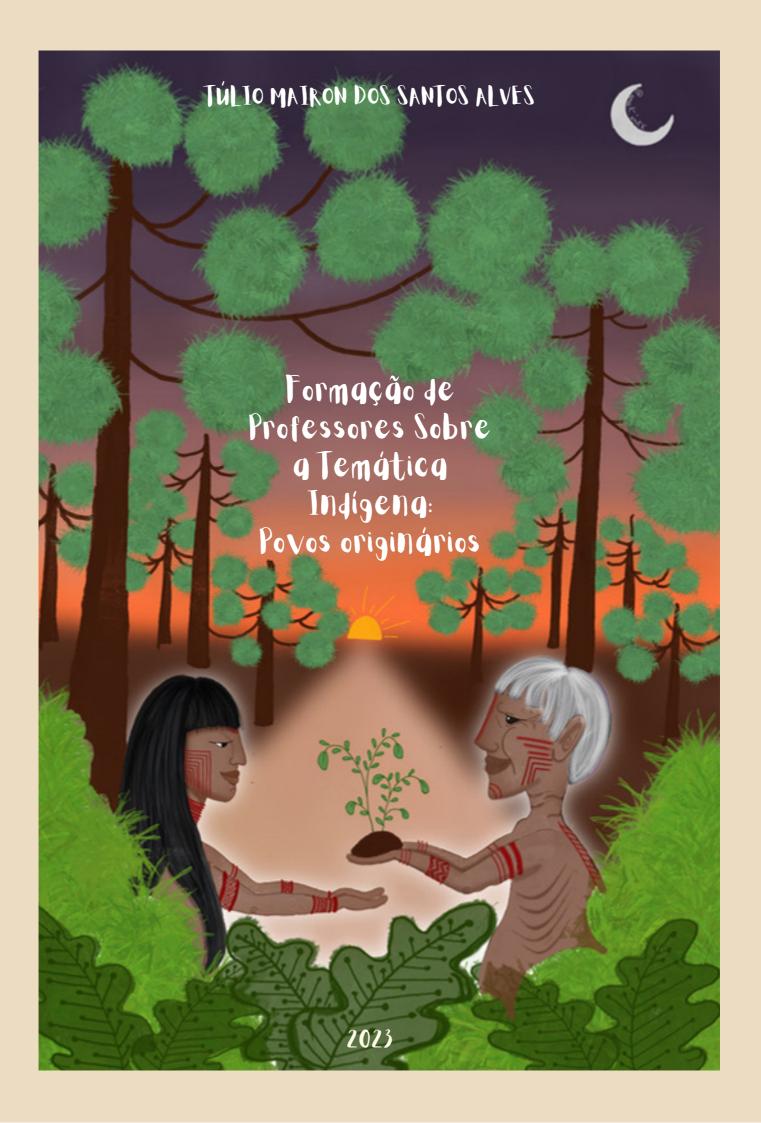
Prof. Dr. Luís Ernesto Barnabé – UENP.

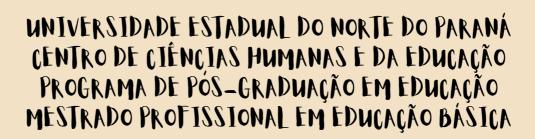
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janete Leiko Tanno – UENP.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marisa Noda – UENP.

#### Data de Aprovação:

Jacarezinho, 18 de agosto de 2023.





## Formação de Professores Sobre a Temática Indígena: Povos originários

LINHA DE PESQUISA: Educação Básica: gestão e planejamento

TÚLIO MAIRON DOS SANTOS ALVES

Orientador: Prof. Dr. Flávio Massami Martins Ryckstadter

2023





Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado Profissional em Educação Básica UENP

#### **APRESENTAÇÃO:**

O presente material foi redigido com o objetivo de atender ao curso de formação docente aplicado no município de Ourinhos - SP, para professores do Ensino Fundamental I. Esse trabalho compõe o produto educacional da pesquisa científica intitulada "A LEI FEDERAL Nº 11.645/2008 EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE OURINHOS-SP (2008 A 2021): CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES SOBRE A TEMÁTICA INDÍGENA", desenvolvida dentro do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação Básica – PPEd / UENP - PR.

O ponto de partida para a realização desse trabalho foi o incômodo acerca da ausência de representação dos povos indígenas dentro do ambiente escolar. Por isso, esse documento foi pensado de forma a valorizar os saberes e a multiplicidade da cultura indígena, com foco no município de Ourinhos. Essa preocupação aparece desde a capa do material até a bibliografia usada para compor a teoria desenvolvida.

A capa foi elaborada por uma artista iniciante do interior do Paraná, fronteira com o interior de São Paulo. Assim como eu, a professora e artista Ana Carolina Simão, reconhecendo sua identidade de mulher latino-americana, tem a missão de fazer coro junto ao clamor dos subalternizados do continente, atuando como amplificadora da voz e da cultura indígena da região. Nessa ilustração, ela buscou representar alguns pontos que aparecem ao longo dessa pesquisa: a ancestralidade presente nos povos originários na construção de seus conhecimentos, a mitologia Kaingang que traz o sol e a lua como opostos complementares e a ligação com as matas de araucária, árvore típica desse local e que faz parte da base da cultura dos povos Kaingang e Guarani que circulam pela região.

Após realizar a coleta, análise de dados e entrevistas semiestruturadas com professores do Ensino Fundamental I da rede municipal de Ourinhos, percebeu-se uma defasagem na aplicação da Lei Federal n.º 11.645/2008, isto é, na forma com que as histórias e culturas indígenas vêm sendo trabalhadas na E.M.E.F. "PROF.ª ILENE MARIA SANTOS DE JESUS" (nome fictício em homenagem às mulheres).

Esse cenário também é reflexo de uma lacuna na formação inicial de alguns professores, que muitas vezes não tiveram acesso a discussões como essas em sua matriz curricular universitária e/ou pósuniversitária.

Iniciaremos, portanto, com discussões acerca da legislação voltada aos povos ameríndios, bem como refletiremos sobre as maneiras de ver e pensar os modos de vida dos povos indígenas: suas histórias, territorialidades, tempos, lutas e conquistas. Ainda nessa discussão, abordaremos a multiplicidade de povos originários a fim de compreender que cada povo possui sua história, cultura, língua, religiosidade, lendas, etc.

Sabendo do valor da formação docente, esse curso tem como objetivo promover atualizações sobre a abordagem da temática indígena em sala de aula, com foco nas histórias e culturas originárias próximas ao município de Ourinhos - SP.

Obs.: Os nomes de todos os entrevistados foram suprimidos, tal como o nome da escola foi substituído por nome fictício para garantia do sigilo de identidade em pesquisa científica.



# Carta dos docentes: Por que conhecer mais sobre os Povos Indígenas?

Em 10 de março de 2008, a Lei Federal de n.º 11.645 foi sancionada no Brasil. Sua aprovação, fruto de muita luta dos movimentos de negros, afrodescendentes e de indígenas, consiste em uma grande conquista com o propósito de transformar conceitos preconceituosos e discriminatórios, bem como enfrentar os apagamentos historicamente construídos em relação a esses povos.

De acordo com o texto da lei:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

[...] o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil [...]" (BRASIL, 2008).

Para compreender o que a lei 11.645/2008 representa, é necessário entender que ela pretende combater a ideia de "desaparecimento determinado" dos povos indígenas dos espaços e da história brasileira, aparecendo em alguns momentos pontuais: povoamento da América, contato com o europeu, isto é, no período colonial, e, em alguns momentos do período republicano, à luta por demarcação de território ou criação de reservas indígenas (FANELLI, 2018).

Essas lacunas a respeito da presença e da trajetória indígena em muitos momentos da cronologia brasileira não é acidental. A pedido de D. Pedro II, intelectuais do Instituto de História e Geografia do Brasil (IHGB) cumpriram a tarefa de escrever a "história do Brasil colonial" a partir de um modelo europeu ligado à ideias racistas e evolucionistas da época. Para Fanelli:

[...] isso significou, por um lado, a prevalência do "branco" de origem europeia como protagonista da história do Brasil, e, por outro, a construção de noções em que os indígenas estariam na infância da civilização, que faziam parte de um passado distante e que estariam determinados ao desaparecimento. Tais ideias foram apropriadas pela sociedade e pela escola, formando gerações de estudantes com essas concepções [...] (FANELLI, 2018, p. 16).

Por conseguinte, conhecer mais sobre os povos indígenas é essencial para promover a valorização da diversidade cultural, preservar o patrimônio cultural, combater o preconceito, apoiar os direitos indígenas e buscar soluções sustentáveis para os problemas globais. É uma forma de enriquecer nosso conhecimento e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Podemos dizer, ainda, que conhecer mais sobre os povos indígenas é importante por diversas razões. Abaixo, indicamos algumas delas:

História e identidade: Os povos indígenas têm uma história rica e complexa que remonta a milhares de anos. Ao conhecer suas histórias, suas culturas, podemos compreender melhor as origens e as trajetórias dessas comunidades, bem como o impacto que o colonialismo e outras formas de opressão tiveram sobre elas. Isso também ajuda a fortalecer a identidade e a autoestima dos povos indígenas.

Diversidade Cultural: Os povos indígenas são portadores de uma riqueza cultural e linguística única. Cada comunidade indígena tem suas próprias tradições, línguas, costumes, conhecimentos e formas de organização social. Conhecer e valorizar essa diversidade cultural enriquece nossa compreensão do mundo e promove o respeito pela pluralidade de formas de vida.

Preservação do Patrimônio Histórico: Os povos indígenas têm uma história que remonta a milhares de anos e são os guardiões de um patrimônio cultural valioso. Ao conhecer mais sobre eles, contribuímos para preservar e valorizar essa história, evitando a perda de conhecimentos tradicionais, práticas sustentáveis e relações harmoniosas com a natureza.

Respeito e Combate ao Preconceito: Muitas vezes, os povos originários têm sido marginalizados, discriminados e estigmatizados ao longo da história. Conhecer mais sobre eles nos ajuda a combater estereótipos negativos e preconceitos, promovendo uma visão mais justa e inclusiva dessas comunidades.

Aprendizado Sustentável: Os povos indígenas possuem um vasto conhecimento sobre a natureza e técnicas de manejo sustentável dos recursos naturais. Aprender com suas práticas e saberes pode nos ajudar a repensar nossa relação com o meio ambiente e buscar formas mais sustentáveis de viver.

Direitos Humanos: Conhecer os povos indígenas é fundamental para compreender e apoiar seus direitos humanos, incluindo o direito à autodeterminação, à terra, à saúde, à educação e à preservação de sua cultura. Aproximar-se da realidade e das lutas dessas comunidades nos permite contribuir para a garantia de seus direitos.

Direitos indígenas: Conhecer os direitos dos povos indígenas é fundamental para apoiar suas lutas por justiça social, autonomia, preservação do meio ambiente e respeito aos seus modos de vida. A conscientização sobre esses direitos permite-nos participar ativamente na defesa e promoção desses direitos.

Parcerias e Diálogo Intercultural: Ao conhecer e estabelecer diálogo com os povos indígenas, podemos criar parcerias mais significativas e colaborativas. Isso abre caminho para a troca de conhecimentos, a construção conjunta de soluções e o fortalecimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

À face do exposto, é importante frisar que dentre as professoras que foram entrevistadas no decorrer desta pesquisa, algumas delas relataram sentir uma carência a respeito de conteúdos sobre informações os povos indígenas, suas trajetórias, histórias e culturas. Esse é o resultado dessas iniciativas do Estado brasileiro, de um projeto de nação que, por muito tempo, tratou os povos indígenas como culturas atrasadas, primitivas, pela "civilização superadas moderna", portanto, desaparecidas, alijadas da sociedade.

#### você sabia?



Figura 1: capa livro A Farsa Ianomami

Em 1995, a editora do Exército Brasileiro publicou um livro "A chamado Farsa lanomâmi", escrito por Carlos Alberto Lima Menna Barreto, Nesse livro, o autor defende que os lanomâmis não existem, que são uma invenção de ONGs estrangeiras para roubar o Brasil.

Trechos dessas mentiras aparecem nas falas de políticos brasileiros (GARCEZ, 2019).

Entretanto, esse projeto de nação excludente, racista e colonizador, apresenta sinais de seu fracasso. Temas "clássicos" dessa narrativa como "O Descobrimento do Brasil" já ganharam um ar de "cansaço, batido, maçante" de acordo com as entrevistas realizadas com as professoras da E.M.E.F. "PROF.ª ILENE MARIA SANTOS DE JESUS". Isso demonstra a existência de espaço para narrativas outras sobre as populações indígenas, direcionadas e comprometidas com a construção de uma educação que valoriza as diferenças culturais e compreende a riqueza das populações originárias americanas.

A Lei Federal de n.º 11.645/2008, sancionada à época pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, consiste em uma das principais ferramentas na ampliação do conhecimento sobre o "ser indígena", bem como no combate a estereótipos e preconceitos. Portanto, conhecer mais sobre os povos indígenas é uma maneira de promover a valorização da diversidade cultural, a preservação do patrimônio histórico, o respeito, a aprendizagem sustentável, a defesa dos direitos humanos e o diálogo intercultural. É uma oportunidade de construir uma sociedade mais inclusiva, justa e consciente.

Devido a isso, nesse trabalho de formação docente ampliaremos alguns conteúdos e saberes sobre a variedade de populações indígenas das Américas, dando foco às heranças, culturas e histórias dos povos originários da região do município de Ourinhos - SP.









Boa Leitura!

# Índio? A diversidade de povos indígenas na América

Existem algumas teorias sobre o povoamento das terras que hoje chamamos de América. Alguns arqueólogos defendem que o povoamento ocorreu por volta de 13 mil anos pelo Estreito de Bering, já, outros, como Niede Guidon, afirmam que há 100 mil anos a humanidade já deixava vestígios de sua presença nessas terras (PIVETA, 2008). De qualquer forma, se existe um "marco fundador" da história indígena, aí está, pois muito antes da chegada de Américo Vespúcio, Cristóvão Colombo e Pedro Alvares Cabral em 1500.

Antes das invasões europeias existiam civilizações desenvolvidas e complexas do Canadá a Patagônia. De acordo com Charles C. Mann, autor do livro "1491 - Novas revelações das Américas antes de Colombo", no continente americano viviam cerca de 40 a 60 milhões de pessoas, falando 1.200 idiomas diferentes, ou seja, 1200 povos diferentes, com culturas, histórias, crenças, saberes e conhecimentos diferentes (MANN, 2007). Essas sociedades complexas e estruturadas possuíam formas de organização social, religiosa e até econômica. Exemplo dessa complexidade é o <u>Caminho de Peabiru</u>, <u>uma estrada que conectava os indígenas da atual São Paulo aos povos andinos no atual</u> Peru, como os Incas.

#### Mapa Caminhos de Peabiru

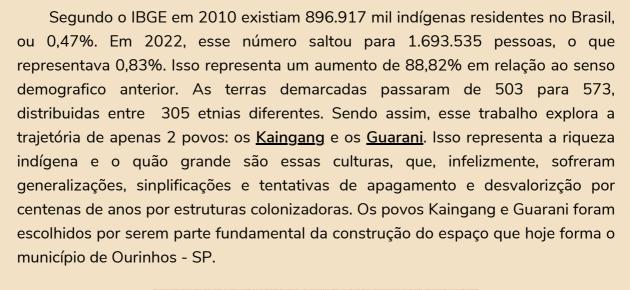


Figura 2: Mapa. fonte: portal Amazonia, 2022.

Iniciamos essa discussão com esses dados para romper com uma visão distorcida a respeito das populações indígenas, que generalizou milhares de culturas diferentes em uma única denominação: "índio". Segundo Francis Mary Rosa (2015), o termo "Índio" foi utilizado por Cristóvão Colombo, que, ao chegar nas terras onde atualmente chamamos de Bahamas, o navegador acreditou ter chegado à India.

E, assim, ao avistar populações nativas de pele não branca, chamou-os de "índios". Dessa forma, esse termo foi equivocadamente utilizado para nomear mais de 1000 nações. Para Rosa 2015:

A ideia de "índio" atendia muito mais a uma nomeação generalizada dos colonizadores para as nações e grupos étnicos que viviam no chamado "novo mundo" do que propriamente a uma autonomeação por parte dos povos originários. Dizia muito mais a respeito da forma como os europeus que aqui se instalaram, viam uma dada outridade e da maneira como esse outro foi posto em contato com o projeto colonial, a saber, negando sua especificidade humana, língua, cultura e cosmovisão (ROSA, 2015, p. 262. Grifo nosso).



## Indígenas na região de Ourinhos - SP

A paisagem que hoje forma o município de Ourinhos - SP começou a ser construída há cerca de 8 mil anos por grupos de caçadores coletores que viviam às margens do rio Paranapanema. Esses grupos se juntaram aos Guarani, que migravam para a Amazônia central por volta do ano 1000. Mais tarde, por volta do século XVIII, chegam à essas terras grupos de Kaingang, maior povo indígena da região (RISSO, 2020 A). Além deles, no mapa a seguir também é possível observar a presença dos Guarani Kaiowá e dos Xavantes.



Figura 3: Planta Rio Paranapanema. fonte: portal Amazonia, 2022

Essas terras do Oeste paulista passam a ser valorizadas por povos não indígenas a partir da expansão cafeeira no Brasil e da Lei de Terras de 1850 segundo Araújo e Cunha (2011).

Antes de 1850, as terras no Brasil eram consideradas propriedades do Rei, que doava partes de suas terras a quem lhe interessasse. Essa lei dividiu as terras brasileiras entre: <u>particulares e devolutas</u>.

As terras devolutas só poderiam ser adquiridas por meio de título de compra, segundo o artigo 1º dessa legislação. Para Araújo e Cunha:

"Neste contexto, a maioria das terras paulistas foi enquadrada como devolutas, ou seja, em plena disponibilidade para serem negociadas, ignorando assim por completo o direito assegurado aos primeiros ocupantes da região, os índios, especificamente os Caingangues e Otis" (ARAÚJO, CUNHA, 2011, p. 50).

Já o artigo 5° da Lei de Terras de 1850 afirmava que:

"Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por occupação primaria, ou havidas do primeiro occupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro" (BRASIL, 1850).

A fiscalização era precária/inexistente, o que facilitava a prática dos "posseiros", que acontecia de forma incontrolável. A falsificação de documentos que legitimavam essa posse das terras era facilmente feita pelos chamados "grileiros". Assim, as terras indígenas que ficavam a Oeste de São Paulo foram repartidas em títulos de propriedade e vendidas por "pioneiros, aventureiros, desbravadores e conquistadores", tais como José Teodoro de Souza. Para Araujo e Cunha:

"A chegada da ferrovia propiciou uma série de mudanças consideráveis no espaço, a começar pela remoção da vegetação original que deu lugar os trilhos e as extensas plantações de café que se expandiam em ritmo acelerado na região, posteriormente, ao redor dos 'trilhos' surgiriam dinâmicas que seriam responsáveis pelo surgimento do município. [...] Conseqüentemente, por meio de tal análise pudemos destacar a importância que a população mineira teve na região e principalmente na própria cidade de Ourinhos. Além disso, as terras que dariam origem ao município faziam parte anteriormente do vasto território 'conquistado' por José Teodoro de Souza, no entanto, com os desmembramentos destas em conjunto com uma série de irregularidades, estas passaram para as mãos de outras pessoas. D. Escolástica, por exemplo, adquiriu estas terras no início do século XX com o intuito de reservá-las para uma futura expansão do café" (ARAÚJO; CUNHA, 2011, p. 55).

Posseiros são as famílias que ocupam um pedaço de terra e passam a viver e trabalhar neste chão, como se fosse deles. Era uma prática muito comum durante a expansão colonial.

A Lei de terras de 1850 não teve efeito imediato em todos os locais do Brasil, mas legitimou as relações comerciais a partir de então, sendo muitas delas fruto de ações ilegais, como a dos grileiros. Desta forma, a partir da metade do século XIX inicia-se uma verdadeira "Marcha para o Oeste Paulista", onde diversas famílias colonas migraram para a região, garantindo que Guarani e Kaingang fossem dizimados, eliminando seus conhecimentos, grande parte das florestas de araucária, matas ciliares, plantas, animais e a biodiversidade da região.

Após diversos ataques nos conflitos pela terra, somados à ação de doenças, as populações Guarani e Kaingang cairam drasticamente. Porém, esses povos permanecem vivos e resistem lutando pelo direito às suas terras e às suas existências.

Conhecer a variedade de populações originárias é de extrema importância para a preservação dessas culturas. Isso, pois, somente no Brasil, segundo o IBGE (2022), são mais de 305 povos indígenas, somando 1.693.535 pessoas.

A grilagem envolve a criação de documentos falsos. Os documentos eram engavetados com grilos para dar uma aparência de antigos (portanto, mais verossímil), haja vista que o inseto deixa detritos no papel, tornando-o mais amarelado, desgastado, passando a impressão de que os documentos eram bastante velhos.

Localização dos povos indígenas: primeira metade do século XX - SP.

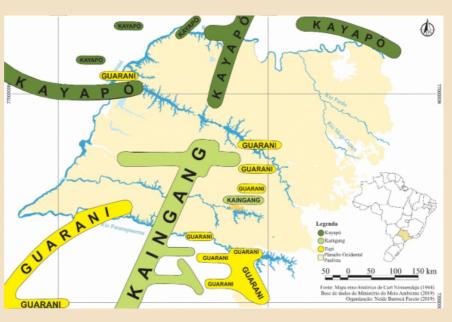
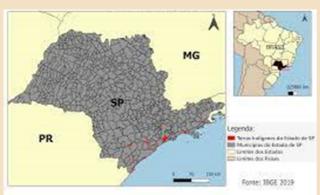


Figura 4: Mapa. Fonte: Adaptado de Nimuendaju, 1944.

No município de Ourinhos, os indígenas predominantes são os Kaingang e os Guarani. De acordo com os últimos dados divulgados pelo IBGE a respeito dos Kaingang no Brasil, o contingente populacional é de 45.620 pessoas (SIASI/SESAI, 2014 apud RISSO, 2020 A). Contudo, sabendo que as pesquisas de 2022 indicam crescimento de toda população indígena, é possível que esse numero tenha crescido.

No presente, o povo Kaingang se organiza em 46 terras indígenas distribuídas entre os estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em São Paulo, os <u>Kaingang ocupam duas terras indígenas ao Oeste do Estado</u>: <u>Icatu</u>, com 155 pessoas, e <u>Vanuíre</u>, com 225 pessoas (RISSO, 2020 A).

Figura 5: Mapa da localização das terras indígenas Estado de São Paulo



Fonte: (COUTINHO, 2020, p. 58)

No mapa ao lado está a localização das terras indígenas do Estado de São Paulo. Entretanto, a população indígena está presente em todos os municípios do Estado.

Os grupos Guarani, por sua vez, são presentes em diversas comunidades, bairros urbanos, núcleos familiares e aldeias no Brasil, Bolívia, Argentina e Paraguai. No mapa ao lado é possível localizar o território Guarani em verde, e as aldeias Guarani em pontos laranja.

Os últimos dados divulgados sobre os Guarani no Brasil indicam cerca de 67.523 mil pessoas vivendo nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espirito Santo, Mato Grosso do Sul e do Pará. Em São Paulo, são 4.138 pessoas, distribuídas em mais de 16 aldeias e agrupações. Contudo, sabendo que as pesquisas do IBGE de 2022 indicam um aumento significativo da população indígena como um todo, é possível que esse contingente seja ainda maior.

A Lei n.º 11.645, aprovada em 2008, tem por objetivo ampliar o conhecimento da população a respeito dos povos originários brasileiros. A instituição escolar tem um papel fundamental nesse projeto, pois, assim como a família e a igreja, a escola é um dos agentes de socialização do ser humano, capaz de transmitir progressivamente concepções requeridas pela sociedade.

Assim, a escola contribui decisivamente para a interiorização das ideias, dos valores e das normas da comunidade (SACRISTAN, 2000). Pensando na sociedade atual, que colhe os frutos de uma política de extermínio e invisibilização das populações indígenas, é de extrema importância que a história e as culturas desses povos sejam conhecidas para que possam ser preservadas, recuperadas e valorizadas.

#### Como diz a educadora Lenira Djatsy:

#### Você sabia?

Segundo o IBGE (2022), cerca de 622,1 mil (36,73%) residiam em Terras Indígenas e 1,1 milhão (63,27%) fora delas. Mais da metade das pessoas indígenas não vivem em terras indígenas.

Ou seja, a ideia de que os "indígenas ficam nas florestas" não é uma informação precisa.

"Eu sempre acho importante divulgar a nossa história porque a gente precisa mostrar para o mundo que existimos. Aqui mesmo, no nosso município, tem pessoas que não sabem que existem comunidades indígenas. A nossa história tem que ser contada sim. É importante vocês ajudarem a contar a nossa história para que as pessoas conheçam o nosso modo de vida antigo e saibam que a gente continua nessa luta".

Lenira Djatsy, educadora e liderança, aldeia Nhamandu Mirim (SCARAMUZZI, 2023).

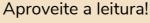


A importância de conhecermos as histórias e culturas indígenas locais é parte de uma luta contra ideias equivocadas e preconceitos que foram intencionalmente construídos ao longo do tempo, como visto na Carta aos Docentes. Uma contribuição para essa luta é a de Vera Lucia Candau, que nos indica partir da afirmação das diferenças culturais enquanto uma riqueza. Para a autora, essa afirmação:

"Promove processos sistemáticos de diálogo entre diversos sujeitos – individuais e coletivos –, saberes e práticas na perspectiva da afirmação da justiça – social, econômica, cognitiva e cultural –, assim como da construção de relações igualitárias entre grupos socioculturais e da democratização da sociedade, através de políticas que articulam direitos da igualdade e da diferença" (CANDAU, 2014, p.1).

As possibilidades existentes para abordar as histórias e culturas dos povos indígenas no Brasil são gigantescas, uma vez que as contribuições desses povos para o nosso modo de vida estão no cotidiano. Essas culturas aparecem na linguagem, na literatura e nas artes, na alimentação, crenças, lendas, nos costumes, brincadeiras, grafismos. Nota-se que a fonte é inesgotável, haja vista a variedade de povos existentes nas Américas.

A exploração dessas possibilidades vem do conhecimento sobre o modo de vida dessas populações originárias. Pensando nisso, o seguinte material tem o objetivo de apresentar brevemente as culturas Kaingang e Guarani, pois seria impossível abordar, em poucas páginas, a profundidade de culturas tão complexas, organizadas e belas.





Os grafismos fazem parte da forma de comunicação e identificação dos povos originários. Uma característica comum é que são inspirados folhas natureza: de escamas árvores, de peixes. movimentos de cobras, cascos de tartarugas, peles de animais...

Segundo Candau (2014), a grafia muitas vezes é utilizada para indicar autorias de textos.

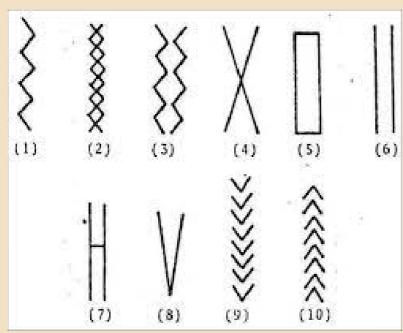
Uma possibilidade de atividade é a "assinatura" na forma de grafia. Cada aluno desenvolve uma grafia que representa o seu nome, e, durante uma semana, ele utiliza essa grafia como assinatura em suas atividades.



## História e cultura do povo Kaingang

Os Kaingang pertencem ao tronco linguístico macro-Jê, da família Jê, e atualmente compõem um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil, distribuídos em 32 terras espalhadas por quatro estados brasileiros: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Figura 6: Marcas talhadas nas Araucárias indicando a divisão territorial



Muitos nomes foram utilizados para se referir à etnia Kaingang: Guayaná, Goyaná, Goainaze, Wayanaze, Coroado, Coronado, Shokleng, Xokren; Guanana, Gualachos, Gualachí, Chiqui, Cabelludo; Tain, Taven, Tayen, Ingain, Ivoticaray; Nyacfateitei; Votoron, Kamé, Kayurukré, Dorin. (PIB, 2018).

A cultura desse povo originário vem, principalmente, da relação estabelecida com a floresta de Araucárias.

Fonte: DORNELLES, 2011.

A coleta do pinhão, feita nos meses de maio, junho e julho, garantia a alimentação desses indivíduos pelo ano todo, graças às técnicas de desidratação e fabricação de farinha aprendida nessa cultura. Além disso, a abundância dessa semente atraia animais que serviam de caça aos tradicionais Coroados (DORNELLES, 2011). A divisão territorial para a coleta do alimento era feita pelo Cacique principal e repassada para os Caciques subordinados, que talhavam símbolos nas Araucárias representando a demarcação territorial de cada grupo familiar, um exemplo da organização social desse povo.

A invasão de um grupo sobre outro território era motivo para guerras, bem como a paz era simbolizada por visitas cotidianas aos outros grupos. A falta de visitas de ambas as partes indicava estado de desconfiança e as guerras poderiam perdurar por anos.

A organização social dos Kaingang é dualista, assim, o povo são divididos em duas grandes famílias: os <u>Kamé</u>: guerreiros, fortes e persistentes representados pelo Sol; e os <u>Kairu</u>: sábios, intelectuais, Xamãs, representados pela Lua e pela noite.

O grafismo, ou seja, esses padrões fazem parte da forma de comunicação de muitos povos indígenas e são carregados de significados. As imagens utilizadas nas margens desse trabalho são grafismos típicos do Povo Guarani, que veremos abaixo.

Essa divisão em clãs vem do Mito de Origem do povo Kaingang, registrado por Telemaco Borba em 1882 e por Nimuendajú em 1913.

Essas narrativas contam a história dos irmãos Kairu e Kamé: após um grande dilúvio que inundou a região onde moravam seus ancestrais, somente o topo da serra de Crinjijimbé emergia das águas. Kairu e Kamé nadaram em direção à serra levando em suas bocas partes de lenha queimada. Depois de muito nadar, os irmãos, cansados, afogaram-se, e suas almas foram morar no centro da terra. Essas almas abriram caminho para os futuros kaingang.

Os irmãos mitológicos Kamé e Kairu criaram os seres da natureza e as regras de conduta para os homens e mulheres. Segundo a mitologia Kaingang, os casamentos devem ser feitos entre os clãs opostos para que possa acontecer o equilíbrio entre

complementares.

A complementariedade e assimetria entre os clãs Kaimé e Kairu também aparecem no ritual mais importante dos Kaingang: o Kikikoi, culto aos mortos que consiste no centro da vida religiosa dos dessa etnia.

Para que o Kikikoi aconteça é necessário que haja mortos das duas metades. Em um intervalo de dois meses, são acesos três fogos: um para cada clã, e o terceiro, que é o mais importante, une grupos de vários lugares, inclusive "visitantes" de outros povos.

Entre o acender desses fogos, uma árvore de Araucária é cortada e é preparada uma bebida, chamada Kiki, à base de mel e água.

Essa bebida é consumida em utensílios confeccionados a partir do pinheiro cortado no dia do último fogo, como conclusão do ritual. Rezas, danças e cantigas em homenagem aos mortos são realizadas em todas as etapas, e, no último dia, as mulheres realizam pinturas faciais de proteção (PIB, 2018).

lustração retratando o equilíbrio entre as divindades Sol e Lua para a cultura Kaingang, e as matas de Araucária.

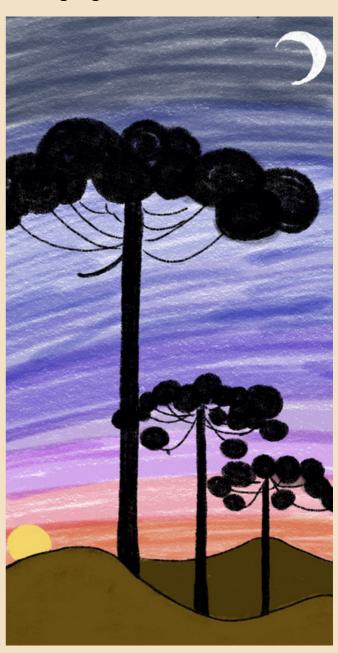


Figura 7: Ilustração. Fonte: exclusiva para esse trabalho.

#### A História dos Kaingang em São Paulo:

Os Kaingang são um povo indígena pertencente ao tronco linguístico Jê, que habita tradicionalmente as regiões sul e sudeste do Brasil. No contexto de São Paulo, sua presença remonta a séculos atrás, quando ocupavam vastas extensões do território. No entanto, a colonização europeia e a expansão do agronegócio impuseram mudanças significativas ao seu modo de vida, resultando em um processo de deslocamento e perda de terras.

#### Cultura Kaingang:

A cultura Kaingang é profundamente enraizada em sua relação harmoniosa com a natureza. Sua cosmovisão valoriza a espiritualidade, o respeito à terra e aos ancestrais. Suas tradições abrangem a música, danças rituais, artesanato, medicina tradicional e um rico sistema de conhecimento oral transmitido de geração em geração. Esses elementos culturais representam uma parte valiosa do patrimônio imaterial brasileiro e devem ser preservados e valorizados.

#### Desafios contemporâneos:

Apesar da resiliência e da resistência demonstradas pelos Kaingang, eles ainda enfrentam desafios significativos. A invasão de suas terras tradicionais para a expansão agrícola, pecuária e a construção de infraestrutura tem impactado negativamente sua sustentabilidade socioeconômica e cultural. Além disso, a falta de acesso a serviços básicos, como saúde, educação de qualidade e infraestrutura adequada, contribui para a marginalização e a perpetuação das desigualdades sociais.

#### Valorização da presença Kaingang:

É crucial reconhecer e valorizar a presença dos Kaingang em São Paulo e em todo o Brasil. A diversidade cultural é um componente fundamental da identidade nacional, e a riqueza cultural e ancestralidade dos Kaingang devem ser respeitadas e protegidas. A valorização dessa presença implica o fortalecimento de políticas públicas que garantam o direito à terra, a promoção de programas de desenvolvimento sustentável em suas comunidades e a criação de espaços de diálogo e parceria entre os Kaingang e a sociedade em geral.



## Sygestão de atividade



A partir dessa breve apresentação sobre a etnia Kaingang, podemos pensar em algumas atividades para o Ensino Fundamental I da Educação Básica, utilizando, inclusive, os mitos desse povo. Os mitos são histórias que ajudam a explicar as origens do universo e tranquilizar o ser humano diante do desconhecido e das mudanças do mundo. Segundo Lucienne Risso:

"O mito ajudou (e ajuda) crianças, adolescentes e adultos a estar no mundo de modo mais espontâneo dando sentido na vida. Afinal, o ser humano não é apenas um ser racional, pois fantasiamos e imaginamos o mundo" (RISSO, 2020 B).

Os mitos são mais do que lendas, ou histórias fictícias, são histórias sagradas que explicam o "princípio" de um povo, um tempo, uma cultura, uma criação. Para Daniel Munduruku, são palavras que "devem ser lidas com o coração" (RISSO, 2020 B). Por isso, as narrativas mitológicas são importantes ferramentas na educação, principalmente de crianças, que podem imaginar, fantasiar e criar explicações a partir de sua própria visão de mundo.



#### A Lenda da Calpora:

Caipora é uma indígena anã, com cabelos vermelhos e orelhas pontiagudas. Existem versões em que seu corpo é todo vermelho e, noutras, verde.

Ela vive nas florestas e tem o poder de dominar e ressuscitar os animais. Seu intuito principal é defender o ecossistema e, portanto, faz armadilhas e confunde os caçadores. Mediante diversos ruídos, ela distrai os caçadores oferecendo bistas falsas até eles perderem na floresta.

Além disso, ela tem o poder de controlar os animais e, por isso, espanta-os quando sente que algo de mal pode acontecer (DIANA, 2023). Sabemos que o ato de "educar" é uma relação humana, que depende dos professores e também dos alunos. Assim, cada aula e cada exercício acontecerão de uma forma, conforme as ideias que o grupo tem e as estruturas disponíveis ao professor. Porém, com materiais básicos, como pesquisas na internet, cartolina, lápis de cor, giz de cera, cola, recortes, massinhas de modelar, dentre outros, é possível explorar inúmeras possibilidades.

Dessa forma, a partir das histórias mitológicas desses povos é possível exercitar a leitura, trabalhar com contação de histórias, representações teatrais, rodas de conversa, a criação de suas próprias mitologias, produções de texto, ilustrações, bem como pesquisas sobre a cultura Kaingang. Além disso, também podem ser trabalhadas temáticas que relacionem a preservação e proteção dos rios, árvores e animais, haja vista a relação de sacralidade que os povos indígenas estabelecem com a natureza.



## Povo Gygrani: história e cyltyra

Os indígenas Guarani pertencem a um dos povos mais antigos a caminhar pelas terras que hoje formam o Brasil. Por volta de 3000 a 2500 a.C, os Guarani já se organizavam em um tronco linguístico chamado Tupi-Guarani. Quando aconteceu o contato com o colonizador (invasor) em 1.500, a estimativa é que a população Guarani estava entre 500 mil até 2 milhões de indivíduos falantes da língua Tupi-Guarani (ARECO, 2016).

Esse potencial de expansão cultural se deu por alguns fatores, dentre eles a forma que esses indígenas ocupam o território. Segundo Igor Scaramuzzi e a Comissão Pro índio de São Paulo:

[...] Esse aspecto assinala uma característica marcante do modo dos Tupi Guarani habitarem o território, a permanente circulação de pessoas pelas diferentes localidades onde há ou havia no passado a presença tupi guarani. Tal circulação e os percursos trilhados pelos indivíduos e famílias pelo território ocorrem por razões diversas, dentre elas, os casamentos, a fundação ou as mudanças de aldeia, ou as visitas aos parentes. Esse padrão de ocupação configura uma territorialidade que não é definida e orientada somente pelos limites geográficos, mas também pelas redes de relação entre as pessoas [...] (SCARAMUZZI, 2023).

#### Povos Indígenas no Brasil no século XV.



Figura 8: Mapa. Fonte: SOUZA, 2023.

Um aspecto fundamental da cultura Guarani é a linguagem. A educação do povo Guarani é uma "instrução da palavra", onde os educandos não aprendem a memorizar textos, conceitos, fatos, etc., mas, sim, aprendem a escutar a palavra. O Guarani busca a sua valorização e prestigio social a partir da sua fala, que pode assumir a forma de cantigas.

O Gygrani é ym patrimônio lingyístico gye deve ser preservado e valorizado.

Dessa forma, a cultura analisada se baseia na oralidade, uma sociedade fundamentada em códigos sociais transmitidos por milhares de anos utilizando-se apenas da linguagem verbal (ARECO, 2016). Por isso, assim como diz Hélio Ziskind em sua musica infantil Tututu Tupi:

"Um índio andou pelo Brasil, e deu nome a tudo que ele viu [...] Jabuticaba, caju, maracujá, pipoca, mandioca, abacaxi, é tudo Tupi, Tupi Guarani. Tamanduá, urubu, jaburu, Jararaca, jibóia, tatu... É tudo Tupi Guarani. Arara, tucano, araponga, piranha, perereca, sagui, jabuti, jacaré, [...] Maranhão, Maceió, Macapá, Marajó, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Jundiaí, Morumbi, Curitiba, Parati, é tudo Tupi, Tupi Guarani".

Além da ocupação territorial e da linguagem, outro aspecto fundamental da cultura Guarani são os seus conhecimentos sobre a agricultura. Os Guarani são, acima de tudo, agricultores que sabem explorar de forma eficaz as terras que habitam, plantando diversos tipos de alimentos. Essas práticas agrícolas geravam amplos excedentes que motivavam grandes festas e a distribuição de alimentos conforme a "economia da reciprocidade". Dessa forma, os europeus se depararam com uma "divina abundância",

que os deixaram maravilhados (ARECO, 2016).

Entretanto, isso não impediu que esses invasores cometessem genocídios epistemicídios, isto é, eliminação sistemática e intencional de um grupo por meios ativos ou passivos para com essa população. Além da morte de indivíduos indígenas, morreram diversos conhecimentos a respeito plantas, sementes, alimentos, suas formas de uso e cultivo. Felizmente, parte desses saberes pode ser recuperada graças aos estudos e dedicação dos Guarani presente.

Jerá Guarani, pedagoga pela Universidade de São Paulo - USP, agricultora e liderança na Terra Tenondé Porã - SP, é um exemplo desse esforço. A professora Jerá conta que, após muitos estudos, intercâmbios e conversas com os "mais velhos", sua aldeia conseguiu recuperar mais de 50 tipos de batata doce e mais de 10 variedades de milho.

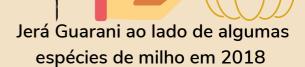




Figura: 9 Mulher indígena Jerá Guarani. Fonte: PVMulher, 2022.



#### Você sabia?

O milho é uma planta que foi domesticada pelos originários americanos do México há 9.000 anos. Devido às migrações indígenas, essa planta tornou-se uma das bases da alimentação do mundo até os dias atuais. Graças a seleções genéticas feitas pelos povos ameríndios, conhecemos 478 espécies diferentes de milho.

#### História e ancestralidade Guarani em São Paulo:

Os Guarani têm uma história ancestral que remonta a séculos antes da chegada dos colonizadores europeus. A presença Guarani em São Paulo é comprovada por meio de sítios arqueológicos, inscrições rupestres e relatos históricos.

A expansão das cidades e das atividades econômicas impactou significativamente a ocupação Guarani, resultando em uma redução de territórios e na perda de suas tradições.

#### Cultura e tradições do povo Guarani:

A cultura Guarani é profundamente enraizada em uma cosmovisão que valoriza a relação harmoniosa entre os seres humanos, a natureza e os espíritos. Sua língua, o Guarani, é um patrimônio linguístico que deve ser preservado e valorizado.

A agricultura tradicional, baseada na mandioca, milho e feijão, é uma das principais atividades econômicas e culturais dos Guarani em São Paulo.

A espiritualidade Guarani, marcada por rituais e cerimônias, desempenha um papel fundamental na preservação de suas tradições e identidade.

#### Valorização da presença Guarani

O povo Guarani em São Paulo são detentores de uma história ancestral e de uma cultura rica e diversa que merecem ser valorizadas e preservadas. A presença Guarani no estado contribui para a diversidade cultural e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. É fundamental que sejam implementadas políticas públicas que garantam a demarcação de terras indígenas, o respeito aos direitos dos Guarani e a promoção de ações que fortaleçam sua cultura. Somente dessa forma poderemos reconhecer e honrar a herança cultural e a contribuição do povo Guarani, assegurando a sua existência e a diversidade cultural do país como um todo.



## Sygestão de atividade

As possibilidades de abordagem para a cultura Guarani são tão grandes quanto à própria cultura Tupi-Guarani. Devido à sua influência e à sua extensão territorial, "Guarani" nomeia a moeda do Paraguai e, também, o time de futebol de Campinas, no interior de SP, o Guarani Futebol Clube. Tal time disputa a série B do campeonato Brasileiro de Futebol. Ambas as curiosidades podem ser exploradas em sala de aula.

Além disso, atentando-nos ao material teórico apresentado, a linguagem e as palavras podem ser amplamente trabalhadas não apenas na semana ou no dia dos povos Indígenas. Isso, pois, interpretações de textos, leituras, produções textuais, caçapalavras, jogos de forcas, dentre outros jogos que exercitam a alfabetização, são ferramentas ricas para a abordagem da cultura Tupi-Guarani.



# Caça-Palavras: Tupi-Guarani O U

ÑR

В U

Ñ

н

Ó М

ARARA CAPIM CATAPORA MINHOCA CUIA CIPÓ CUMBUCA PIPOCA CUPIM **IABUTI** 

JACARÉ

IIBOIA

MANDIOCA **MINGAU** PAÇOCA PETECA **TAMANDUÁ** TOCA **TRAÍRA** 

Figura 11 - caça palavras. Fonte: https://wordwall.net/

Outro aspecto potente na abordagem da história e cultura Guarani é o trabalho com os alimentos. Como visto no material, comidas baseadas no milho, mandioca e batata doce são descobertas dos povos indígenas. Assim, o professor pode organizar um piquenique ou, até mesmo, a produção de alguma receita que a turma possa compartilhar: bolo de milho, tapiocas, cuscuz, curau, paçoca, dentre tantas outras gostosuras presentes na alimentação indígena.



#### Bolo de aipim com coco, feito com polvilho doce

- 3 ovos
- 3 copos de polvilho doce
- 3 colheres de sopa de margarina
- 150 g de coco ralado
- 200 ml de leite de coco
- 200 ml de leite condensado
- 1 colher de sopa de fermento

#### Modo de preparo:

Misture o coco e o leite em uma vasilha. Bata reserve. os ovos. condensado e a margarina. Em uma vasilha grande, coloque o polvilho e vá adicionando, aos poucos, os outros ingredientes, até que a massa fique homogênea. Unte uma forma com óleo. Coloque para assar por 20 minutos ou menos, dependendo do forno.

## Demarcação de terras indígenas:a lyta no presente

A falta de demarcação de terras indígenas e a ausência de políticas efetivas de proteção e promoção dos direitos indígenas são desafios persistentes. е consistem nas principais bandeiras de luta dos originários povos americanos.

Haja vista os constantes conflitos causados por atividades de grileiros e posseiros, de agroindústrias, imobiliárias, mineradoras, etc., esses representantes do capitalismo predatório tentam invadir as terras demarcadas para poder extrair algum tipo de lucro dessas regiões. Essas investidas, muitas vezes, causam a morte de pessoas indígenas, bem como dificultam a preservação de suas histórias e culturas.

Tais atividades estimulam a violência, a discriminação e o preconceito enfrentados pelo povo indígena Guarani em seu cotidiano, exigindo ações de conscientização e combate.

No Brasil, atualmente a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) contabiliza 764 áreas em diferentes estágios do processo demarcatório: 448 já foram homologadas ou regularizadas (chegaram às duas últimas etapas do processo). Juntas, elas representam 13,75% do território brasileiro (BRASIL DE DIREITOS, 2023).

Em São Paulo, são 38 terras indígenas, sendo 31 delas reconhecidas pela Funai, e 7 aguardando o início do processo de demarcação. Essas terras estão localizadas em diversas regiões do Estado. Os Guarani Mbya e os Tupi-Guarani (Ñandeva) ocupam a maior parte das áreas. Os Kaingang, com os Terena, Krenak, Fulni-ô, Guarani e Atikum, ocupam três terras indígenas na região oeste do estado (nos municípios de Avaí, Braúna e Arco-Íris: TI Araribá, TI Icatu e TI Vanuire) (Comissão Pró-Indio de São Paulo, 2023).

Por envolver diversos tipos de disputas entre povos indígenas e não indígenas, as demarcações de terras são longos processos carregados de burocracias. Segundo o Instituto Povos Indígenas do Brasil PIB (2018), desde a Portaria nº 14 de 09/01/1996 as demarcações acontecem em sete etapas, vejamos:

- 1º Estudos e Identificação: um grupo de especialistas é enviado à terra indígena, o qual realizará estudos etnohistóricos, sociológicos, jurídicos, cartográficos e ambientais. Esse grupo deve ser coordenado por um antropólogo e apresentar um relatório detalhado sobre a terra indígena analisada com dados listados na Portaria nº 14 de 1996.
- 2º Aprovação da Funai: o relatório passa pela aprovação da Funai, no prazo de 15 dias, e é publicado no Diário Oficial da União, bem como na sede da prefeitura do município onde está a terra indígena.
- **3º Contestações:** após essas publicações, os interessados têm 90 dias para contestar possíveis falhas no relatório apresentado e razões para a não demarcação. A Funai conta com mais 60 dias para elaborar pareceres sobre ambas as partes e apresentar ao Ministério da Justiça;
- **4º Declarações dos limites da Terra Indígena:** o Ministério da Justiça tem o prazo de 30 dias para emitir uma resposta contendo: a desaprovação da demarcação, indicar correções no relatório ou declarar os limites físicos da área demarcada.
- 5° Demarcação Física: a Funai realiza a demarcação física, enquanto o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) realoca ocupantes não indígenas da terra.
- **6° Homologação:** o processo é apresentado ao Presidente ou Presidenta da República para a assinatura do decreto.
- **7º Registro:** a Secretária de Patrimônio da União tem 30 dias para registrar a terra indígena após a homologação. (PIB, 2018).

## E agora que conhecemos mais sobre os povos indígenas?

A escola ocupa parte da vida de qualquer indivíduo brasileiro. Homens e mulheres, independentemente de sua classe social, religião, cor de pele ou região onde moram, precisam frequentar essa instituição por alguns anos de sua vida. Nesse ambiente, os estudantes entram em contato com saberes e culturas diferentes. Para Brito,

[...] observa-se que, nas escolas-não indígenas, os povos indígenas são retratados como a expressão do folclore nacional ou como elementos presos a um passado longínquo da história brasileira. São lembrados nas aulas do período colonial e eventualmente em outros momentos da história nacional ou nas manifestações do dia 19 de abril, quando as crianças saem da escola com os rostos pintados ou com uma pena de cartolina presa à cabeça. Nesta perspectiva, a cultura dos povos indígenas está condenada à extinção e o tempo presente não pertence a eles [...] (BRITO, 2009, p. 61).

O mesmo autor continua sua reflexão enfatizando que a Lei Federal nº 11.645/2008 é um esforço em valorizar as culturas indígenas do passado e do presente. Essa lei ainda tem o poder de provocar debates sobre a necessidade de repensar a história escrita do Brasil, a fim de eliminar preconceitos e equívocos produzidos historicamente pelas universidades, livros, materiais didáticos e salas de aulas.

Além disso, a Lei n.º 11.645/2008 possibilita que pessoas não indígenas tenham acesso a saberes milenares, que contribuem para o desenvolvimento de tecnologias necessárias ao nosso presente, tal como a preservação de animais e restauração de florestas, rios, alimentos, medicamentos, etc. É importante que a escola e os professores assumam uma posição de dar visibilidade aos povos originários, enfatizando que suas histórias e culturas estão vivas nos dias atuais e contribuem para o desenvolvimento para o mundo que vem se construindo a cada dia.

É fundamental considerar que a efetivação da Lei nº 11.645/08 não se restringe apenas à inclusão de conteúdos em sala de aula. Ela envolve a valorização dos conhecimentos tradicionais, a promoção do respeito e da valorização dos povos originários, além do fortalecimento do diálogo intercultural entre professores, alunos e comunidades indígenas.

Destarte, os professores têm papel fundamental nessa educação. Por isso, obrigado por participar dessa formação docente, e, assim, somar forças a essa luta!



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D.; CUNHA, F. L. A ocupação da terra na formação do município de Ourinhos-SP. Geografia e Pesquisa, Ourinhos, v. 5, n. 1, p. 39-58, 2011.

ARECO, Silvino. CULTURA GUARANI: PALAVRA ORIGINAL É CARACTERIZADA PELA PALAVRA QUE CONTA OS MITOS. Amazôn., Rev. Antropologia, v. 8, nº2. p.496 - 516, 2016. Acesso em 10/06/2023.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRITO, Edson Machado de. O ensino de História como lugar privilegiado para o estabelecimento de um novo diálogo com a cultura indígena nas escolas brasileiras de nível básico. In: Fronteiras. Dourados: UFGD, v. 11, n. 20, p. 59-72, jul./dez. 2009.

CANDAU, Vera Maria. Concepção de educação intercultural. Rio de Janeiro: Editora PUCRio, 2014.

COUTINHO, Amanda Martins Ferreira. Soberania alimentar e a relação dos Povos Guaranis com a alimentação: um estudo a partir das Terras Indígenas da cidade de São Paulo. USP, 2020. 58 p. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/8e8c673c-b7b4-433f-ac00-013c54e97b8f/2020\_AmandaMartinsFerreiraCoutinho\_TGI.pdf. Acesso em 02/08/2023.

DIANA, Daniela. Caipora. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/caipora/. Acesso em: 11/06/2023.

DORNELLES, Soraia Sales. **De Coroados a Kaigang:** as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX. UFRGS, 2011. Disponivel em https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/66294, acesso em 16/06/2023.

FANELLI, Giovana de Cassia Ramos. A Lei 11.645/08: história, movimentos sociais e mudança curricular. Dissertação. Universidade Católica de São Paulo, 2018.

GARCEZ, João Pedro. A Farsa lanomâmi (1995) e o revisionismo militar brasileiro sobre a Amazônia: memória, usos políticos do passado e neocolonização. X Encontro Regional Sul de História Oral, UFPR, 2019. Disponível em: https://www.sul2019.historiaoral.org.br/resources/anais/12/abhosul2019/1571271143\_ ARQUIVO\_52204092d397eef25ec271be9a5dc8b8.pdf. Acesso em 10/06/2023.



MANN, Charles C. 1491 - Novas revelações das Américas antes de Colombo, Rio de. Janeiro, Objetiva, 2007. MAUSS, Marcel. 328 páginas.

PIB, Povos Indígenas do Brasil, 2018. Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina\_principal. Acesso: 16/06/2023.

PIVETA, Marcos. Revistas Pesquisa Fapesp. Arqueóloga diz que o Homo sapiens já estava no Piauí há 100 mil anos. 2008, p. 73 - 77.

RISSO, Luciene. Cristina. Paisa**gens de Ourinhos (SP) e a presentificação indígena**. Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos, v. 14, n. 1, p. 30-39, 2020.(A).

RISSO, Luciene. Cristina. Diversidade cultural dos povos originários do Brasil e proposta do uso de narrativas (lendas e mitos) para o ensino interdisciplinar. In: MORAES, N. R. et al. (org.). Povos originários e comunidades tradicionais: trabalhos de pesquisa e extensão universitária Porto Alegre: Fi, 2020. p. 244-263. 6 v. Disponível em: https://bit.ly/2V09124. Acesso em: 16/06/2023. (B).

ROSA, Francis Mary Soares Correia da. A invenção do índio. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 257-277, jul./dez. 2015.

SCARAMUZZI, Igor Caminhos da história dos Tupi Guarani e da terra indígena Piaçaguera / Igor Scaramuzzi. -- 1. ed. -- São Paulo: Comissão Pró Índio de São Paulo, 2023.

SOUZA, Thiago. Povos indígenas do Brasil: principais tribos, sua cultura e história. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/indios-brasileiros/. Acesso em: 16/06/2023.

### FICHA DE AVALIAÇÃO Formação de Professores Sobre a Temática Indígena: Povos originários

LOCAL:
<u>Itens: Insuficiente; Regular; Bom; Excelente.</u>
1 - Em relação ao objetivo do curso ministrado, você considera que foi?
2 - Ao dar início ao curso, você julga que os seus saberes sobre a temática eram?
3 - Em sua opinião, o cronograma estabelecido foi?
4 - A abordagem prática foi?
5 - A carga horária foi distribuída de forma?
6 - Como você julga os recursos utilizados?
7 - Em sua opinião, o material didático foi?
8 - Em relação ao aproveitamento durante o curso em geral, você diria que foi?
9 - No que diz respeito aos planejamentos escolares e aos povos originários, você acredita que o curso poderá contribuir com formas outras de planejar aula?
10 - Por favor, descreva como esse curso pode contribuir para a inclusão da temática indígena em seus planejamentos e em suas aulas:
NOME (facultativo):
Data de preenchimento:/

Agradeço sua participação!